

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas da
Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 9 de fevereiro de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ 101080/O-0

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.409	3.353	10.131	12.457
Caixa restrito	13	-	-	5.212	4.613
Contas a receber	7	-	-	4.047	3.897
Adiantamento a fornecedores		16	23	71	80
Despesas antecipadas		-	-	186	178
Tributos a recuperar	8	774	1.342	1.135	2.434
Total circulante		4.199	4.718	20.782	23.659
Não Circulante					
Tributos a recuperar	8	-	-	-	414
Investimento	10	101.515	114.440	-	-
Imobilizado	11	158	192	245.708	252.227
Intangível	12	376	391	464	490
Total não circulante		102.049	115.023	246.172	253.131
Total do Ativo		106.248	119.741	266.954	276.790
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações		7	38	618	450
Obrigações trabalhistas		222	74	222	74
Obrigações fiscais		12	16	2.650	674
Empréstimo e financiamentos	13	1.418	509	123.141	10.782
Partes relacionadas	9	927	386	-	-
Dividendos a pagar		26	26	26	26
Penalidades regulatórias		-	-	311	-
Arrendamento mercantil	2.15	-	-	574	-
Total circulante		2.612	1.049	127.542	12.006
Não circulante					
Empréstimo e financiamentos	13	31.162	32.897	53.916	171.689
Receita antecipada	15	-	-	7.300	7.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	2.700	-	2.700
Arrendamento mercantil	2.15	-	-	5.722	-
Total não circulante		31.162	35.597	66.938	181.689
Patrimônio líquido					
Capital social	16	131.021	128.321	131.021	128.321
Reserva de lucro		-	82	-	82
Prejuízos acumulados		(58.547)	(45.308)	(58.547)	(45.308)
Total do Patrimônio líquido		72.474	83.095	72.474	83.095
Total do Passivo e Patrimônio líquido		106.248	119.741	266.954	276.790

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	17	-	-	33.775	32.057
Custo das vendas	18	-	-	(20.039)	(17.815)
Lucro bruto		-	-	13.736	14.242
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	19	(207)	(387)	(4.967)	(7.082)
Outras despesas operacionais		(655)	(306)	(1.441)	(470)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(8.964)	(9.026)	-	-
Resultado operacional		(9.826)	(9.719)	(7.328)	6.690
Receitas financeiras	20	257	511	908	1.136
Despesas financeiras	20	(3.752)	(5.029)	(21.557)	(22.063)
Resultado financeiro, líquido		(3.495)	(4.518)	(20.649)	(20.927)
Prejuízo do exercício		(13.321)	(14.237)	(13.321)	(14.237)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	<u>(13.321)</u>	<u>(14.237)</u>	<u>(13.321)</u>	<u>(14.237)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(13.321)</u>	<u>(14.237)</u>	<u>(13.321)</u>	<u>(14.237)</u>

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Reserva de Lucro			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Legal	Retenção de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		128.321	5	77	(31.071)	97.332
Prejuízo do exercício		-	-	-	(14.237)	(14.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		128.321	5	77	(45.308)	83.095
Aumento de capital	16	2.700	-	-	-	2.700
Prejuízo do exercício		-	-	-	(13.321)	(13.321)
Absorção do prejuízo		-	(5)	(77)	82	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		131.021	-	-	(58.547)	72.474

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.321)	(14.237)	(13.321)	(14.237)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial		8.964	9.026	-	-
Multa e juros de auto de infração		-	-	756	-
Baixa de imobilizado	11	-	-	-	165
Depreciação e amortização	11	50	49	14.393	14.026
Despesas financeiras	20	3.267	4.755	17.520	19.486
Penalidade regulatória		-	-	311	-
Outros		655	-	392	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	7	-	-	(541)	88
Caixa restrito		-	-	(599)	-
Adiantamento a fornecedores		7	39	9	109
Despesas antecipadas		-	-	(8)	32
Tributos a recuperar	8	(87)	(66)	1.713	1.539
Contas a receber com partes relacionadas	9	-	89	-	15
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores e outras obrigações		(31)	(2)	142	(95)
Obrigações fiscais		(4)	4	(433)	238
Obrigações trabalhistas		148	-	148	-
Receita antecipada		-	-	-	7.300
Contas a pagar com partes relacionadas	12	541	(624)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>189</u>	<u>(967)</u>	<u>20.482</u>	<u>28.666</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	11	-	-	(463)	(407)
Resgate de ações preferenciais controladas	10	3.446	5.087	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>3.446</u>	<u>5.087</u>	<u>(463)</u>	<u>(407)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de empréstimo		-	-	(18.308)	(18.159)
Liquidação de debêntures		(3.579)	(4.950)	(3.579)	(4.951)
Arrendamento mercantil		-	-	(458)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	(112)	-	(112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(3.579)</u>	<u>(5.062)</u>	<u>(22.345)</u>	<u>(23.222)</u>
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>56</u>	<u>(942)</u>	<u>(2.326)</u>	<u>5.037</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	3.353	4.295	12.457	12.033
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	<u>3.409</u>	<u>3.353</u>	<u>10.131</u>	<u>17.070</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>56</u>	<u>(942)</u>	<u>(2.326)</u>	<u>5.037</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 15.12.1976.

A Companhia faz parte do grupo Rio Energy, uma plataforma de investimento fundada em 2012, com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil e iniciou suas atividades como originadora dos projetos que compõe o Complexo Eólico de Caetité.

Atualmente, a Companhia possui três subsidiárias integrais Eólica Caetité A S.A., Eólica Caetité B S.A., Eólica Caetité C S.A. ("Grupo"), constituídas sob a forma de sociedades de propósito específico, que juntas detêm o Complexo Eólico de Caetité, composto por 3 (três) parques eólicos com capacidade instalada total de 54,4 MW, localizados no município de Caetité, no Estado da Bahia.

Em agosto de 2013 participou do 5º Leilão de Energia de Reserva (leilão 005/2013) e sagrou-se vencedora constituindo as companhias como sociedades para fins específicos (SPEs) as subsidiárias, Eólica Caetité A S.A., Eólica Caetité B S.A.. Em novembro de 2013 participou do 17º Leilão de Energia Nova em 18/11/2013 (leilão A-3/2013) e sagrou-se vencedora e constituiu a subsidiária Eólica Caetité C S.A., negociando um total de 54,4MW em contratos de 20 anos de fornecimento da fonte.

Em novembro de 2017, a Companhia assinou contrato de uso compartilhado da capacidade ociosa das instalações de conexões com a Rio Energy EOL III Geração e Comercialização de Energia S.A. ("EOL"), uma empresa ligada ao Grupo Rio Energy, visando a sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo (Nota 15).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 29 de março de 2019.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil, as quais diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) apenas pela adoção antecipada do IFRS 16 – Leases, sendo a adoção antecipada (adoção a partir de 1º de janeiro de 2018) permitida para a IFRS 16 e não permitida para a sua norma equivalente, CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As normas novas e alterações de normas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019 não terão impacto material para o Grupo. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 10.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais – BRL), que é a moeda funcional e também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

O Grupo aplicou os requerimentos do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Com a adoção do IFRS 9 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 01.01.2018 o Grupo passou a apresentar os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- **Custo amortizado**

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)**

O IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(ii) **Baixa de ativos financeiros**

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

c) **Instrumentos derivativos e atividades de cobertura – Hedge**

O IFRS 9 prevê uma abordagem de contabilização de hedge com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. Uma das principais alterações da norma está na mensuração da efetividade. A nova norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo não possui instrumentos derivativos.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment).

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativos	Anos
Obras civis, edificação, Aerogerador, Linha de transmissão, infraestruturas elétricas	20
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O ativo imobilizado está composto principalmente por obras civis, edificação, Aerogerador, Linha de transmissão, infraestruturas elétricas representando o complexo eólico são depreciadas com base na vida útil ou prazo contratual, dos dois o menor.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos correspondem principalmente a empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Debêntures de Infraestrutura. Eles são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Em função do Grupo não ter apresentado lucro tributável até esse exercício, não foi constituído imposto de renda diferido ativo.

2.12 Reconhecimento da receita

a) Venda de energia elétrica

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando atendidos os 5 passos do modelo de reconhecimento de receita do IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e quando seu respectivo valor puder ser mensurado com segurança.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O IFRS 15 substituiu o IAS 18 – Receitas, e interpretações relacionadas. De acordo com o IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O Grupo adotou o IFRS 15 com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o IAS 18 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

b) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.13 Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. Exceto pelo IFRS 16, o qual foi adotado antecipadamente pelas suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo pretende adotar as demais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 16 - "Operações de arrendamento mercantil";
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no IAS 19).
- Melhorias anuais – Ciclo 2015-2017 - várias normas;

Exceto pelo IFRS 16 (nota 2.15) as referidas normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2.14 Normas vigentes adotadas para o exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as seguintes normas: IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A Administração do Grupo aplicou as referidas normas, as quais não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

2.15 Norma emitida, ainda não vigente e adotada antecipadamente

IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, porém sua adoção antecipada é permitida pelas normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (IFRS).

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações dessa norma introduzem exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A nova norma estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

As suas controladas, conforme permitido pelas normas internacionais, adotou antecipadamente o IFRS 16, utilizando a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, líquidos dos pagamentos antecipados realizados.

As suas controladas realizaram a análise de seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamentos das áreas onde estão instalados os parques eólicos. Tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo financeiro.

Como resultado da adoção das novas regras, as suas controladas reconheceram ativos de direito de uso de aproximadamente R\$6.272, em 01 de Janeiro de 2018, em contrapartida dos passivos de arrendamento.

No que se refere aos impactos no lucro líquido e fluxo de caixa, as suas controladas apuraram os seguintes valores no ano de 2018, considerando somente os contratos incluídos no escopo da norma, vigentes em 31.12.2018:

- Lucro líquido – redução de R\$423, visto o maior efeito da amortização do direito de uso e dos juros sobre o passivo de arrendamento, se comparado com os custos e as despesas do arrendamento.
- Fluxos de caixa – os operacionais aumentaram e de financiamento diminuíram em R\$423, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores de mensuração. O Grupo entende que a adoção do IFRS 16 não afetou sua capacidade de cumprir com os cláusulas contratuais (covenants) descritos na Nota 13 – Empréstimos e financiamentos.

2.16 Operações de compra e venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração do Grupo, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de inflação, risco de PLD), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros em decorrência de empréstimos de longo prazo por ele celebrados cujas obrigações financeiras estão atreladas a taxa flutuante denominada Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), definida pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo mantinha parte de seus financiamentos atrelados à TJLP. A TJLP oficial no final dos exercícios de 2018 e 2017 foram, no Brasil, de 6,98% e 7% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo CMN, e caso venha a aumentar as taxas de juros, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da TJLP, os encargos pagos pelas dívidas aumentarão, o que pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados.

(ii) Risco de inflação

O Grupo está sujeito ao risco de inflação devido ao fato de grande parte de suas receitas operacionais estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía 100% de suas receitas contratuais e as Debêntures de infraestrutura atreladas à IPCA. As taxas de inflação no final dos exercícios de 2018 e 2017 foram, no Brasil, de 3,75% em 2018 e 2,95% em 2017 ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pela IBGE. Caso haja aumento da inflação, as receitas aumentarão o que poderá afetar positivamente os seus negócios e seus resultados.

(iii) Risco de preço de liquidação das diferenças ("PLD")

O Grupo está sujeito ao risco do PLD. Os contratos de compra e venda de energia celebrados pelo Grupo preveem mecanismos onde geração de energia é apurada anualmente e em ciclos de quatro anos. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda com base no preço de liquidação das diferenças. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do período.

O PLD é um valor calculado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e utilizado primordialmente para a liquidação do mercado de curto prazo realizada pela CCEE. O PLD tem seu valor máximo e mínimo estabelecidos anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Para fins de referência, o teto e piso do PLD para o ano de 2018 foram estabelecidos, respectivamente, em R\$505,18/MWh e R\$40,16/MWh.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de crédito

O Grupo está exposto à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que a administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração do Grupo.

O Grupo não efetua aplicações em caráter especulativo. O Grupo gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(c) Risco de liquidez

O Grupo está exposto à capacidade de suas controladas e controladoras de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade de pagamento, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo e monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos compromissos do Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações	7			
Empréstimos e financiamentos	1.418	2.737	4.743	23.683
Partes relacionadas	927	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações	38	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	509	3.077	5.380	24.440
Partes relacionadas	386	-	-	-
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações	591			
Empréstimos e financiamentos	123.141	4.843	7.179	41.896
Penalidade regulatória	311	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações	450	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	10.782	12.263	34.548	124.878

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo à variação das taxas de juros de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018. A análise de sensibilidade foi calculada considerando redução e aumento do CDI, IPCA e da TJLP, em 1%, para um período de 12 meses. Adicionalmente, foram incluídas sensibilidades em dois outros cenários, cenários I e II, com 25% (1,25) e 50% (1,50) acima do cenário considerado razoável, respectivamente.

	Risco	Saldo em 31/12/18	Cenário razoável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	Aumento ou redução de 1% no CDI	6.967	70	131	261
Empréstimos e financiamentos	Aumento ou redução de 1% na TJLP	(177.057)	(1.771)	(3.568)	(7.135)
Impacto no resultado e patrimônio líquido			<u>(1.701)</u>	<u>(3.437)</u>	<u>(6.874)</u>

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

4.3 Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam suas aplicações financeiras e empréstimo e financiamentos e debêntures, nos montantes de R\$6.967 e R\$177.058, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018, e nos montantes de R\$15.028 e R\$182.471, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

Centrais Eólicas de Caetitê Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros da Companhia e suas controladas por categoria é a seguinte:

Controladora				
Em 31 de dezembro de 2018				
	Custo amortizado	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalente de caixa	20	-	-	20
Aplicações Financeiras	3.389	-	-	3.389
	<u>3.409</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.409</u>
Fornecedores e outras obrigações	7	-	-	7
Empréstimos e financiamentos	32.580	-	-	32.580
	<u>32.587</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.587</u>
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2018				
	Custo amortizado	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalente de caixa	3.173	-	-	3.173
Aplicações financeiras	6.967	-	-	6.967
Caixa restrito	5.212	-	-	5.212
Contas a receber de clientes	4.047	-	-	4.047
	<u>19.390</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.930</u>
Fornecedores e outras obrigações	618	-	-	618
Empréstimos e financiamentos	177.057	-	-	177.057
	<u>177.675</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>177.675</u>
Controladora				
Em 31 de dezembro de 2017				
	Custo amortizado	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalente de caixa	30	-	-	30
Aplicações Financeiras	3.323	-	-	3.323
	<u>3.353</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.353</u>
Fornecedores e outras obrigações	-	-	38	38
Empréstimos e financiamentos	-	-	33.406	33.406
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.444</u>	<u>33.444</u>
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2017				
	Custo amortizado	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalente de caixa	2.042	-	-	2.042
Aplicações financeiras	9.837	-	-	9.837
Caixa restrito	5.191	-	-	5.191
Contas a receber de clientes	3.897	-	-	3.897
	<u>20.967</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.967</u>
Fornecedores e outras obrigações	-	-	450	450
Empréstimos e financiamentos	-	-	182.471	182.471
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>182.921</u>	<u>182.921</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos em banco e em caixa	20	30	3.164	2.042
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.389	3.323	6.967	10.415
	<u>3.409</u>	<u>3.353</u>	<u>10.131</u>	<u>12.457</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado à 98% do CDI.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Conta a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes (a)	-	-	74	3.866
Comercialização de Energia CCEE (b)	-	-	3.973	31
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.047</u>	<u>3.897</u>

(a) Refere-se aos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs.

(b) O saldo de contas a receber “Comercialização de Energia CCEE” refere-se a recebíveis anteriores aos contratos de suprimento regulatório, comercializados no âmbito da CCEE.

Não há inadimplência que requeira provisão para perdas.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRRF sobre aplicação financeira	41	94	153	171
IRRF e CSLL terceiros	-	-	10	-
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	665	945	764	1.214
Pis e Cofins	-	-	-	414
Impostos pagos a maior	68	303	208	1.049
	<u>774</u>	<u>1.342</u>	<u>1.135</u>	<u>2.848</u>
Ativo Circulante	774	1.342	1.135	2.434
Ativo Não Circulante	-	-	-	414

9 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a pagar - Compartilhamento (i)	927	386	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.700	-	2.700
Total do Contas a pagar	<u>-</u>	<u>3.086</u>	<u>-</u>	<u>2.700</u>
Receita antecipada (Nota 15)	-	-	7.300	7.300
Total da Receita antecipada	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.300</u>	<u>7.300</u>

(i) A Companhia possui contrato de consórcio e compartilhamento por meio do qual estabeleceu uma estrutura operacional de comunhão de esforços para compartilhamento de custos e despesas necessários a implementação do projeto e gerados por recurso e negócios administrativos mantidos em comum.

10 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2016	129.068
Redução de capital controladas	(5.087)
Custos financeiros sobre controladas (i)	(515)
Participação nos resultados de controladas	<u>(9.026)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	114.440
Redução de capital controladas	(3.446)
Custos financeiros sobre controladas (i)	(515)
Participação nos resultados de controladas	<u>(8.964)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>101.515</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2015, os custos financeiros capitalizados no investimento no montante de R\$10.298 referem-se a juros e encargos das debêntures realizados na controladora para financiamento da construção dos ativos das controladas. A capitalização foi efetuada para fins de equalização de prática contábil. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os encargos amortizados totalizarem o montante de R\$515.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resumo das informações financeiras

Nome	% Participação	2018			
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo
Eólica Caetité A	100%	113.007	75.550	37.457	(5.714)
Eólica Caetité B	100%	101.703	59.947	41.756	(2.408)
Eólica Caetité C	100%	39.948	26.186	13.762	(842)
		<u>254.658</u>	<u>161.683</u>	<u>92.975</u>	<u>(8.964)</u>

Nome	% Participação	2017			
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo
Eólica Caetite A	100%	117.161	72.440	44.721	(4.693)
Eólica Caetite B	100%	104.604	59.061	45.543	(2.933)
Eólica Caetite C	100%	41.110	25.989	15.121	(1.400)
		<u>262.875</u>	<u>157.490</u>	<u>105.385</u>	<u>(9.026)</u>

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

	Obras civis	Obras elétricas	Linhas de transmissão	Aerogerador	Outros imobilizados	Obras Civis (Edificação)	Custo financeiro	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Arrendamento mercantil	Total
Em 31 de dezembro de 2016	7.800	18.752	6.930	187.857	8.740	25.286	11.601	202	24	-	267.192
Adições	335	-	-	19	53	-	-	-	-	-	407
Depreciação	(357)	(1.104)	(375)	(10.016)	(469)	(1.412)	(244)	(31)	(3)	-	(14.011)
Baixas	(682)	-	-	-	(165)	-	(514)	-	-	-	(1.361)
Em 31 de dezembro de 2017	7.096	17.648	6.555	177.860	8.159	23.874	10.843	171	21	-	252.227
Adições	-	2.112	-	-	7	-	-	-	-	6.272	8.391
Depreciação	(371)	(1.268)	(376)	(9.943)	(487)	(1.322)	(244)	(32)	(3)	(349)	(14.395)
Baixas	-	-	-	-	-	-	(515)	-	-	-	(515)
Em 31 de dezembro de 2018	6.725	18.492	6.179	167.917	7.679	22.552	10.084	139	18	5.923	245.708

De acordo com o IAS 36, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração do Grupo não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que em 31 de dezembro de 2018 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

12 Intangível

O valor do intangível referem-se a contratos de servidão de passagem, contratados com indivíduos proprietários de imóveis por onde passam estruturas dos parques eólicos. Tais valores são amortizados linearmente pelo prazo de 20 anos e os custos alocados mensalmente ao resultado do exercício.

	Controladora			Consolidado		
	Adições	Amortização	Total	Adições	Amortização	Total
Em 31 de dezembro de 2016	435	(30)	405	536	(31)	505
Servidão de passagem	-	(14)	(14)	-	(15)	(15)
Em 31 de dezembro de 2017	435	(44)	391	536	(46)	490
Servidão de passagem	-	(15)	(15)	-	(26)	(26)
Em 31 de dezembro de 2018	435	(59)	376	536	(72)	464

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimo - BNDES	-	-	151.675	156.807
Debêntures	33.490	34.407	33.490	34.407
(-) Custo de transação	(910)	(1.001)	(8.108)	(8.743)
Total	<u>32.580</u>	<u>33.406</u>	<u>177.057</u>	<u>182.471</u>
Passivo Circulante	1.418	509	123.141	10.782
Passivo Não Circulante	31.162	32.897	53.916	171.689

Em 2015 foi contratado um financiamento de longo prazo junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por um valor total de R\$152.030, sendo R\$70.400 pela Eólica Caetité A S.A., R\$57.480 pela Eólica Caetité B S.A. e R\$24.150 pela Eólica Caetité C S.A., sob os quais incidirão juros de 2,18% ao ano a título de remuneração, acima da TJLP com vencimento no ano de 2032.

Em 30 de dezembro de 2015 a Companhia emitiu debêntures no valor de 33.500, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta privada com esforços restritos de distribuição. As debêntures possuem vencimento em dezembro de 2028 com amortizações semestrais a partir de dezembro de 2015. O valor das debêntures será atualizado a partir da data de emissão pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre o qual incidirão juros remuneratórios de 9,3128%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Em 2016 foi captado o saldo remanescente da dívida com o BNDES no montante de R\$15.625, sendo R\$7.615 pela Eólica Caetité A S.A., R\$5.640 pela Eólica Caetité B S.A. e R\$2.370 pela Eólica Caetité C S.A.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos, é com segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2017	<u>33.406</u>	<u>182.471</u>
Juros e atualização	2.662	15.838
Custo de transação	91	635
Amortização	(3.579)	(21.887)
Saldo em 31/12/2018	<u>32.580</u>	<u>177.057</u>

A exposição dos empréstimos da Companhia e de suas controladas, às variações na taxa de juros e às datas de reprecificação contratual nas datas do balanço, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Menos de um ano	1.418	509	123.141	10.782
Entre um e dois anos	2.737	3.077	4.843	12.263
Entre dois e cinco anos	4.743	5.380	7.179	34.548
Acima de cinco anos	<u>23.682</u>	<u>24.440</u>	<u>41.895</u>	<u>124.878</u>
	<u>32.580</u>	<u>33.406</u>	<u>177.057</u>	<u>182.471</u>

Os custos de captação da dívida, compreendendo comissões pagas a agentes financeiros (bancos coordenadores) responsáveis pela captação foram contabilizados em conta redutora de empréstimo no período como custo de transação. Tais gastos são amortizados no mesmo período dos débitos correspondentes. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo em aberto de custo de transação é de R\$8.108.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice de cobertura da dívida

As dívidas obtidas possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas demonstrações financeiras anuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas obtiveram waiver do BNDES por não ter atendido os indicadores requeridos contratualmente.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos foram contratados às taxas praticadas para o respectivo setor, tendo garantias usuais de financiamento de projetos de infraestrutura tais quais: penhor da totalidade das ações da controladora e das empresas controladas, cessão fiduciária de recebíveis, penhor de máquinas e equipamentos (Aerogerador) e Caixa restrito para garantia das prestações.

Caixa restrito para garantia das operações

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada a parcela de curto prazo dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esta aplicação, no montante de R\$ 5.212 em 2018 (R\$ 4.613 em 2017), tem remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

14 Provisões

Passivo contingente

O Grupo não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável, com base na avaliação de seus assessores legais, sendo assim não há provisão constituída.

Adicionalmente, o Grupo possui contingências de natureza cível e trabalhista que com base na avaliação dos assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$266.

15 Receita antecipada

Em 21 de novembro de 2017 as controladas Eólica Caetité A S.A, Eólica Caetité B S.A. e Eólica Caetité C S.A. (“Eólicas Caetité”), assinaram contrato de uso compartilhado de instalações de conexões com a Rio Energy EOL III Geração e Comercialização de Energia S.A. (“EOL”), empresa ligada ao Grupo Rio Energy.

Referido contrato entra em vigor na data de sua assinatura até o fim da vida útil das Instalações de Conexão e garante a EOL, que é titular de projetos de geração de energia eólica e solar em localização adjacente aos parques existentes, a reserva do direito exclusivo, que parte da energia a ser gerada pelos projetos novos possa ser escoada por meio das instalações de conexão das Eólicas Caetité.

Não obstante a reserva do direito de uso exclusivo estará terminada caso a EOL não tenha iniciado um projeto novo por um prazo, de 5 anos, a partir da data da assinatura do referido contrato.

Em contrapartida à concessão desta reserva do direito, às Eólicas Caetité, reconheceram uma receita antecipada no passivo não circulante no montante de R\$7.300 a ser reconhecido como receita partir do início do uso dos ativos ao longo do prazo contratual (final da vida útil-econômica dos ativos subjacentes), de forma linear. Reconhecimento este em linha com as normas contábeis vigentes e a serem adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um valor adicional será recebido pelas Eólicas Caetité no montante de R\$8.350, o qual será atualizado por IPCA a partir da data de assinatura do referido contrato até o efetivo pagamento - da seguinte forma: (i) R\$3.758 para a Eólica Caetité A; (ii) R\$3.340 Eólica Caetité B; e R\$1.252 Eólica Caetité C somente quando a EOL iniciar o uso das instalações de conexão em função de uma operação comercial de um projeto de geração de Energia.

Os custos de operação e manutenção das instalações de conexão a partir da data em que o referido projeto novo iniciar o uso das instalações de conexão e até o fim da vigência serão reembolsado pela EOL na proporção utilizada.

16 Patrimônio Líquido

Capital social

A ata da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de maio de 2018, aprovou o aumento de capital no valor de R\$2.700, mediante a emissão de 2.700 (dois milhões e setecentas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizadas, decorrentes de conversão da totalidade do adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 131.021 dividido em 131.020.654 ações ordinárias, nominativas totalmente integralizadas e sem valor nominal, sendo a Lagoa Geração de Energia e Participações S.A. detentora de 100% das respectivas ações. O controlador em última instância é o Denham Capital.

17 Receita Líquida

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de vendas	-	-	37.558	35.325
Penalidades regulatórias	-	-	(311)	-
Impostos sobre vendas	-	-	(3.472)	(3.268)
	-	-	33.775	32.057

18 Custos das vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo com serviços de operação e manutenção	-	-	(3.981)	(2.056)
Custo com energia	-	-	(1.887)	(1.746)
Depreciação (i)	-	-	(8.682)	(13.881)
Outros custos	-	-	(5.489)	(132)
	-	-	(20.039)	(17.815)

(i) Os custos com depreciação são apresentados líquidos dos créditos de pis e cofins.

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal	(1)	(6)	(883)	(891)
Ocupação e utilidades	(10)	(27)	(1.395)	(1.939)
Depreciação e amortização	(49)	(48)	(434)	(84)
Serviços de terceiros	(70)	(196)	(1.529)	(3.028)
Publicidade	(21)	(44)	(21)	(132)
Viagens	(35)	(5)	(43)	(117)
Impostos e taxas	(10)	(46)	(559)	(489)
Outras despesas gerais	(11)	(15)	(103)	(402)
	(207)	(387)	(4.967)	(7.082)

Centrais Eólicas de Caetitê Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Juros sobre empréstimo	(2.753)	(4.147)	(16.410)	(19.486)
Juros sobre debêntures	(515)	(515)	(515)	(515)
Comissões e corretagens	(454)	-	(2.628)	-
Juros sobre arrendamento	-	-	(532)	-
Outros juros, tarifas e impostos	(30)	(367)	(1.472)	(2.062)
Despesas financeiras	(3.752)	(5.029)	(21.557)	(22.063)
Rendimentos de aplicação financeira	250	481	862	974
Variação monetária ativa e descontos obtidos	7	30	46	162
Receitas financeiras	257	511	908	1.136
Resultado financeiro, líquido	(3.495)	(4.518)	(20.649)	(20.927)

21 Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval a fumaça/lucros cessantes	272.960

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantém apólices específicas para responsabilidade civil cujo o montante segurado é de aproximadamente R\$10.000.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

22 Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia é realizada pela Rio Energy Projetos de Energia S.A., empresa ligada ao Grupo Rio Energy.

21 Eventos subsequentes

A dívida obtida junto ao BNDES e aos debenturistas da 2ª emissão de debêntures possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, ("ICSD") calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas Demonstrações financeiras anuais. Nesse sentido, as suas controladas ficaram abaixo do mínimo previsto contratualmente sendo necessário a obtenção de "waiver" junto ao BNDES em 27 de fevereiro de 2019. Adicionalmente, o instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures, estabelece que caso de apuração do ICSD seja inferior a 1,2, mas superior a 1,10, a Companhia deverá, após a divulgação das demonstrações financeiras e Relatório sobre o Cumprimento de Cláusulas Contratuais, depositar na conta de complementação do ICSD recursos necessários para que o referido cálculo índice atinja o mínimo obrigatório, 1,20 (um inteiro e vinte centésimo). Não há previsão de vencimento antecipado da dívida em função da apuração ICSD estar acima de 1,10.